

## O PREDICADO PAGAR NO CONTEXTO PENITENCIÁRIO PAULISTA: ANÁLISE E USO

Kátia Roberta Rodrigues-Pinto <sup>1</sup>

### RESUMO

Este artigo objetiva elucidar quais mecanismos de mudança impulsionaram o verbo *pagar* a adquirir novas acepções semânticas dentro do contexto penitenciário do Estado de São Paulo. Acredita-se que, a partir da frequência de uso e rotinização de padrões linguísticos foi possível ao predicado *pagar* adquirir características semânticas que o distancia de seu valor semântico prototípico, etimologicamente relacionado a valores monetários, passando a referenciar traços como *entregar, alojar, cumprir, fornecer, trocar e conceder* algo a/por alguém. Com base no quadro cognitivo-funcionalista no qual os Modelos Baseados no Uso (MBU) está alicerçado (BARLOW, KEMMER, 2000) e pressupostos teórico-metodológicos de Traugott (2011a) e Bybee (2003, 2010), verificar-se-á como os processos metafóricos, via analogização, atuam na abstratização do predicado e se como o consolidam, nesta comunidade de fala, dado seu uso no contexto penitenciário. Para tanto, foram coletados dados de análise oriundos do ambiente carcerário paulista e selecionados a partir de situações reais de interação verbal.

**Palavras-chave:** Acepções semânticas; Abstratização; Contexto penitenciário.

### CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Enquanto ciência, a linguística se preocupa com a linguagem humana, seja verbal ou escrita, sem nenhum preconceito linguístico (MARTELOTTA, 2008) entendendo e aceitando o falante como grande precursor dos usos que a língua nos permite. Constantemente, o falante necessita recorrer a novas expressões para fazer-se entender e preencher lacunas no âmbito discursivo. Isso é o que dá vida à língua tornando-a não estática (BYBEE, 2010).

A proposta deste estudo, alçada no paradigma funcionalista aliada ao cognitivismo, é apresentar quais mecanismos impulsionaram o predicado *pagar* a adquirir novas acepções semânticas dentro do contexto penitenciário paulista. Para tal, trataremos do uso e dos processos de mudança, como por exemplo, a repetição e a analogia (BYBEE, 2010; TROUGOTT, 2011a). Consideraremos o que Bybee (2003)

---

<sup>1</sup> Mestranda do Programa de Pós Graduação em Letras (Área de concentração: Estudos linguísticos - Linha de pesquisa: Análise e descrição de línguas naturais) pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul - UFMS, Três Lagoas, Brasil. [katiarodriguespinto@gmail.com](mailto:katiarodriguespinto@gmail.com).

diz sobre a importância da frequência de uso e da rotinização para consolidação de uma nova construção de sentidos, bem como dos processos metafóricos, via analogização, que atuam na abstratização do predicado. Os dados de análise foram coletados e observados no interior de unidades prisionais do Estado de São Paulo. Acredita-se que *pagar* seja um item linguístico polissêmico na língua, especificamente, dentro do contexto penitenciário.

## **METODOLOGIA**

Este estudo parte da orientação metodológica qualitativa para ilustração dos dados ao analisar os usos com *pagar* em situações comunicativas reais coletadas empiricamente no âmbito prisional.<sup>2</sup> Ao longo do período de coleta e análise dos dados, verificou-se a trajetória e o desdobramento semântico que o item *pagar* sofreu para adquirir a carga de significados que possui.

Nesse sentido, os dados que serão apresentados configuram uma parcela da realidade linguística observada no interior do ambiente prisional paulista e pode ser cotejada como uma possível variante linguística emergente na língua portuguesa (teoria em estudo de caso).

## **REFERENCIAL TEÓRICO E CONTEXTUALIZAÇÃO**

### **APORTE TEÓRICO**

Para este estudo, adota-se os pressupostos defendidos pela corrente teórica do funcionalismo, mais especificamente aos Modelos Baseados no Uso (BARLOW e KEMMER, 2000), por acreditar que o sistema linguístico é modelado de acordo com as experiências de seus usuários e se organiza para atender seus propósitos comunicativos, o que é constatado por meio de instanciações de uso. Acredita-se que a língua é organizada e motivada pela interação de seus usuários via processamento cognitivo.

---

<sup>2</sup> A autora deste capítulo tem contato profissional direto com o ambiente prisional há doze anos operando em Unidades Prisionais Paulistas e realiza sua pesquisa de dissertação de mestrado considerando construções predicativas, inclusive, com o predicado *pagar*.

[...] a visão funcionalista de cognição assume que a linguagem reflete processos gerais de pensamento que os indivíduos elaboram ao criarem significados, adaptando-os a diferentes situações de interação com outros indivíduos. Ou seja, os conceitos humanos associam-se à época, à cultura e até mesmo a inclinações individuais caracterizadas no uso da linguagem. (MARTELOTTA, 2008, p. 158)

O funcionalismo entende a língua como instrumento de comunicação e interação social e não se restringe a estudá-la apenas no que diz respeito a sua estrutura, mas também em seu contexto discursivo, priorizando fatores funcionais que influenciam o modo como a língua(gem) se organiza, isto é, os funcionalistas priorizam a forma aliada a função (CROFT, 2001), como explica Cunha (2008):

[...] o funcionalismo pretende explicar a língua com base no contexto linguístico e na situação extralinguística. De acordo com essa concepção, a sintaxe é uma estrutura em constante mutação em consequência das vicissitudes do discurso, ao qual se molda. Ou seja, há uma forte vinculação entre discurso e gramática: a sintaxe tem a forma que tem em razão das estratégias de organização da informação empregadas pelos falantes no momento da interação discursiva. (CUNHA, 2008, p. 163)

A visão cognitiva da linguagem aborda a construção de sentidos no discurso e na interação assumindo, também, os diferentes módulos da linguagem no compartilhamento características organizacionais como, por exemplo, a polissemia. Segundo Ferrari (2016, p. 23), "[...] a polissemia não ocorre apenas no léxico, mas, em consonância com a hipótese de generalização, podendo ser observada na morfologia e na sintaxe."

Nesse sentido, a gramática de uma língua está à disposição de seus usuários e, à medida que se faz necessário, esses se apropriam das formas dispostas no léxico e inovam, ao emergir com novos significados e funções discursivas, afinal, uma das características das línguas naturais é o seu caráter polissêmico. Essa conjectura alude o princípio cognitivo da exploração de formas já disponíveis na língua para atribuição de novas funções (GONÇALVES *et al*, 2007), partindo de um conceito concreto para outros mais abstratos, por exemplo. Partiremos da premissa posta por Lakoff e Johnson (1980), cuja função primária da metáfora é proporcionar uma compreensão parcial de um tipo de experiência em termos de outro, ou seja, experimentar a partir de um campo conceptual concreto, um campo conceptual mais abstrato.

Analisando a extensão de significados do verbo *pagar*, constataremos dois mecanismos de mudança importantes, a saber, a generalização (BYBEE, 2003, p. 157) que causa o desbotamento do conteúdo semântico e permite que novos traços semânticos sejam atribuídos ao item causando a abstratização e a dessemantização (HEINE, 2003, p. 579) ou *bleaching* (esfarelamento) que trata da redução semântica, ou seja, perda de significado no contexto.<sup>3</sup>

Quanto à mudança linguística, muito se tem dado valor à analogia por entender que se trata de um processo cognitivo que permite o uso de novos itens em uma construção, ou seja, "Analogia é o processo pelo qual enunciados novos são criados com base em enunciados de experiências prévias" (BYBEE, 2010, p.08). Nessa mesma linha, a autora entende a extensão analógica como "uma alternância introduzida em um paradigma que não a continha antes." (BYBEE, 2010, p. 66)

Bybee (2003, p. 604) ao postular sobre o processo de gramaticalização, enfatiza que a repetição de uso gera (i) o enfraquecimento semântico de itens pela habituação, (ii) o aumento da frequência provoca a coexistência de significados de uma mesma unidade, (iii) a perda da transparência semântica leva o item em processo de mudança a apresentar expansão funcional em novos contextos, gerando sua autonomia a partir de associações pragmáticas.

É necessário esclarecer que a abstratização metafórica permiti que um item linguístico sofra gramaticalização (GR), embora não se aplique a todos os casos. Uma forma pode adquirir abstração de significados sem que altere sua natureza categorial <sup>4</sup>, pois de acordo com estudos mais atuais "A GR está no cerne da linguística funcional [...]" (ROSÁRIO, 2015, p. 37). Entende-se que o processo de GR também abrange a reinterpretação dos usuários sobre o código linguístico na construção de novos significados no ato da interação verbal. Ainda na teorização postulada por Rosário (2017):

A gramaticalização atua, entre outros campos, na motivação para o preenchimento das necessidades comunicativas não satisfeitas pelas formas existentes, bem como na existência de conteúdos cognitivos para os quais não se encontram designações linguísticas adequadas. (ROSÁRIO, 2017, p. 48)

<sup>3</sup> Melhor interpretando como ganho de traços semânticos em novos contextos.

<sup>4</sup> A gramaticalização clássica defende a mudança categorial e unidirecional, do lexical para o gramatical, ou ainda, do gramatical para o mais gramatical.

Assim, expande-se o olhar da GR antes, apenas, sob o enfoque sintático e agora, também, para o semântico-pragmático.

Por sua vez, o processo polissêmico pode ser compreendido como os vários significados possíveis a um mesmo item linguístico ou, ainda, nas palavras de Tamba (1998):

[...] formas idênticas podem corresponder a significados diferentes nos casos de homonímia. A polissemia da maior parte das unidades lexicais atesta a existência de uma única forma para vários sentidos. (TAMBA, 1998, p. 52)

Cançado (2012) faz uma distinção pertinente entre homonímia e polissemia, explicando conceitos semânticos básicos, mas que muito revelam sobre a natureza linguística na qual o predicado *pagar* está situado.

Existe uma diferença entre homonímia e polissemia tradicionalmente assumida pela literatura semântica [...]. Todos os dois fenômenos lidam com vários sentidos para uma mesma palavra fonológica; entretanto, polissemia ocorre quando os possíveis sentidos da palavra ambígua têm alguma relação entre si. (CANÇADO, 2012, p.71)

Martelotta (2007, p. 57), defende que a natureza da polissemia precisa ser investigada para sanar dúvidas no que compete à mudanças linguísticas, pois é necessário "constatar se ela implica um conjunto de manifestações simultâneas de um único sentido ou uma relação de sentidos diferentes que evoluem uns dos outros."

O que Martelotta define como evolução de sentidos, Bybee (2010) teoriza como um processo que permite, a partir de padrões linguísticos, que novos significados sejam conceptualizados, sendo a rotinização primordial nesse processo. Campos (2017) traz um alega que a rotinização permite a criação de novas formas/estruturas.

A rotinização de padrões linguísticos permite que, cognitivamente, determinada estrutura se torne mais acessível na mente do falante, fazendo o sistema mais susceptível à criação de novas estruturas. (CAMPOS, *et al.*, 2017)

Em conformidade aos preceitos mencionados, pode-se entender que tanto a repetição quanto a frequência participam do processo de mudança e são promovidas pelo uso. Assim, a análise baseada no uso permite o entendimento de que padrões sejam estocados cognitivamente pelos falantes e acessados na medida que se faz necessário.

## CONTEXTO PENITENCIÁRIO E CONTEXTO LINGUÍSTICO

O que define a própria palavra *contexto* varia de acordo com seu contexto. No dicionário Priberam *on-line*, temos: "[...] conjunto de circunstâncias à volta de um acontecimento ou uma situação." Tal explicação nos situa diante do meio contextual específico analisado, a saber, o sistema penitenciário do Estado de São Paulo.

Faz-se necessário explicar que os indivíduos privados de liberdade, denominados sentenciados(as), detentos(as) ou reeducandos(as), constituem um grupo social com regras próprias e inerentes a sua condição. Nesse cenário, surge o anseio em buscar uma identidade linguística e, assim, ao estabelecer uma linguagem própria e específica, sua necessidade comunicativa é atendida e seus usuários a utilizam como instrumento de defesa do mundo exterior. Um indivíduo leigo a essas questões, ao presenciar uma situação de fala ou mesmo dialogar com um sentenciado ou egresso<sup>5</sup>, dificilmente entenderá/compreenderá boa parte de seu discurso.

O falante ativa cognitivamente padrões linguísticos internalizados e, no caso da comunidade carcerária, uma vez adquirido tais padrões, esses não mais se desassociam.

No âmbito da Linguística, a definição de contexto se expande de acordo com a perspectiva de análise adotada. De modo mais abrangente, entende-se como contexto linguístico, o ambiente onde um conjunto de condições de usos da língua se constituem por dados comuns entre falante e ouvinte envolvendo o comportamento linguístico e social do meio. Nesse sentido, as abordagens baseadas no uso, consideram contexto como "[...] uma proposta analítica que parece dar conta, de modo mais efetivo e coerente, dessa importante dimensão dos usos linguísticos." (RIOS, 2015, p. 23).

Tais considerações se fazem pertinentes para se delimitar o ambiente contextual no qual o objeto em análise proposto está situado, bem como caracterizar as particularidades da referida comunidade de fala ao conceber usos inovadores com a predicação *pagar*, tornando-a muito presente e usual. Assim, pode-se considerar que a variante prisional<sup>6</sup> se caracteriza por (i) promover estruturas próprias e dotadas de significados reanalisados e sistematizados, (ii) uso emergente pela classe marginalizada e (iii) busca de identidade linguística.

<sup>5</sup> Egresso é aquele que já cumpriu sua pena e posto em liberdade.

<sup>6</sup> Variante prisional é adotada pela autora para categorizar a referida variante linguística.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a estrutura argumental, os verbos de transferência, geralmente, requerem três argumentos: um agente, um elemento transferido e um paciente. Estruturalmente, temos (i) o agente, como sujeito da oração, (ii) o elemento transferido posto como objeto direto e (iii) o paciente identificado como objeto indireto. Eis aqui a estrutura sintática básica dentro da ordenação das palavras em formação de orações ditransitivas prototípicas.<sup>7</sup>

De acordo com Borba (1990, p. 2.823), o verbo *pagar* engloba o ato de "saldar dívidas, compromissos financeiros, dar a paga, o ordenado, a recompensa de um trabalho feito e de antemão combinado". No dicionário *on-line* Priberam, encontramos a seguinte definição: "1. dar o preço estipulado por (coisa vendida ou serviço feito); 2. satisfazer (uma dívida, ou encargo; 3. remunerar, recompensar.[...]". Assim, pode-se constatar usos voltados à semântica do verbo *pagar* de acordo com a definição sugerida:

- (1) a. Eu **pagarei** a parcela do meu carro para a financiadora amanhã.
- b. A empresa **pagou** o combinado pelo serviço aos prestadores contratados.

Conforme apresentado, o verbo de transferência *pagar* está relacionado a valores monetários em um contexto de liquidação de dívida (1.a) e de remuneração por serviços prestados (1.b), em usos de significado pleno e prototípico.

No interior da comunicação, o falante atribui significados variados a uma forma, no caso *pagar*, que ocasiona em sentidos diversos, em um campo de visão semântico e pragmaticamente ampliado. Analisando o cotidiano comunicativo dos indivíduos privados de liberdade, pode-se verificar que o verbo em estudo se distancia da sua essência prototípica, isso porque, não há moeda corrente no interior das penitenciárias e os falantes utilizam o predicado com grande frequência, porém com significados distintos. Isso leva a crer que a própria experiência do indivíduo privado de liberdade reflete na forma como ele conceptualiza sua identidade linguística.

---

<sup>7</sup> Informação acerca da estrutura sintática dos verbos de transferência. Saliento que abordaremos apenas os aspectos semânticos do item estudado.

As acepções adquiridas por *pagar* são promovidas pela própria experiência dos indivíduos que se encontram cumprindo suas penas, pois o motivo que os leva a estarem reclusos se dá pelo fato de terem que pagar pelo crime cometido. Assim, *cumprir* e *pagar* compartilham traços semânticos muito próximos, conforme (2). Seguem os exemplos:

- (2) Falta pouco, senhora, pra mim acabá de **pagar minha cota** nesse lugar.
- (3) Oh senhora, que hora vai **pagar a boia**<sup>8</sup>?
- (4) Só à noite que **paga a medicação!**
- (5) A funcionária **paga o sedex** todos os dias, desde que chegue a tempo.
- (6) Tô nessa unidade faz três dias **pagando R.O** na inclusão.
- (7) Me **paga no raio** logo!
- (7) Tem muito diretor aí que vive **pagando simpatia**.
- (8) Hoje não é plantão da Maria, ela está **pagando para mim**.

Percebe-se que em (3) *pagar* se refere à entrega de alimentação, bem como em (4) entrega de medicação e (5) entrega de caixa Sedex postada nos Correios. Pode-se afirmar que não se faz uso do verbo *entregar* na formulação de enunciados que remete a transferência de algo a alguém nesse contexto de fala considerado espontâneo e informal.

Cognitivamente, é atribuído à predicação *pagar* a semântica de *entregar/fornecer*, em virtude do entendimento que a comunidade carcerária tem da obrigação/dever de cumprir do Estado em fornecer os subsídios previstos pela legislação. Ocorre uma transferência de domínios conceptuais envolvidos pelo processo de abstratização metafórica que advém da ideia de cumprir um dever. Nesse sentido, assim como o sentenciado deve e precisa pagar sua pena, a instituição penal deve entregar/fornecer aquilo que os sentenciados necessitam. Logo, quem deve, paga; quem entrega, paga. Por analogia, o predicado empregado com a semântica de transferência sofre uma abstratização de seus traços, por meio da rotinização do padrão linguístico, remetendo todo e qualquer material destinado ao sentenciado a adquirir tal acepção.

Na sentença (6) temos um exemplo ainda mais abstrato do predicado uma vez que *pagando R.O* equivale a cumprir o período expresso pela Resolução SAP - 144, de

<sup>8</sup> Boia é o termo adotado para se referir à alimentação.



29-06-2010, art. 17, que confere ao regime de observação que um detento cumpre ao se inserir no sistema prisional. Outro uso é *pagar no raio* (7) que significa alojar no pavilhão habitacional e/ou cela para que o sentenciado possa se instalar enquanto cumpri sua pena e/ou aguarda por seu julgamento/audiência<sup>9</sup>. Em (8), *pagar simpatia* configura em conceder regalias, prática não usual ou correta, já que a conduta a ser praticada pelo Estado é regida pela Lei de Execução Penal (BRASIL, 1984). Menos frequente, o uso *pagar madeira* também revela concessão de regalias com certo requinte de admiração. Pode-se, inclusive, associar por analogia *pagar madeira* a *pagar pau*, já que os sintagmas nominais *madeira* e *pau*, pospostos ao verbo, compartilham a mesma semântica (BARBOSA-SANTOS; RODRIGUES-PINTO, 2020).

Na interação verbal, os interlocutores são ativos e naturalmente envolvidos. Nesse sentido, não só o corpo funcional, mas também os familiares dos sentenciados<sup>10</sup> compartilham o código e, desse contato, pode-se perceber, com muita clareza, que há a propalação da variante prisional para além das fronteiras do cárcere.

Como reflexo, a expressão *pagar plantão*, em (9), é muito recorrente e configura na troca de um dia de prestação de serviço com outro servidor. Nessa troca de plantões, compreendidos por doze horas de trabalho, um fica devendo ao outro e pagam em dias convenientes a ambos.

A tabela a seguir apresenta as diversas acepções do predicado *pagar* atrelado aos seus usos.

**Tabela 1:** Acepções semânticas

<b>Exemplo</b>	<b>Acepções semânticas</b>	
1a	Liquidar	Dívida
1b	Remunerar	Serviços prestados
2	Cumprir	Cota/Pena
3	Entregar/Fornecer	Alimentação/Boia
4	Entregar/Fornecer	Medicação
5	Entregar/Fornecer	Caixa Sedex
6	Cumprir	RO
7	Alojar	Pavilhão/Cela
8	Conceder	Regalia
9	Trocar	Escala de plantão

**Fonte:** Própria da autora.

<sup>9</sup> O indivíduo pode aguardar julgamento recolhido em ambiente prisional como medida preventiva.

<sup>10</sup> A visitação em estabelecimentos prisionais, no Estado de São Paulo, ocorre aos finais de semana para familiares de primeiro grau desde que comprovado por meio de documentação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar uma comunidade de fala tão peculiar é, no mínimo, um desafio instigante. Pouquíssimos estudos recorrem ao contexto penitenciário para estudar a linguagem predominante do meio, havendo muito a ser explorado e discutido. Focalizando na predicação *pagar*, percebe-se que seu uso emerge de uma série de circunstâncias que se explicam de acordo com os mecanismos de abstratização e extensão de significados. Partindo de um domínio conceptual concreto, o predicado *pagar* atinge domínios conceptuais mais abstratos promovendo transferência semântica e se consolidando pela frequência de uso a partir da rotinização de padrões linguísticos. O significado fonte de *pagar*, semanticamente vinculado a valores monetários, não é mais recuperado, posto os mecanismos cognitivos que o impulsionaram no processo de mudança.

Seu caráter polissêmico pode ser atestado pelo compartilhamento de traços semânticos gerando relações entre os usos e ocasionando extensão de significados, resultante da ideia de cumprir um dever/pagar por algo. O contexto que envolve o universo situado pelos sentenciados gira em torno das leis regidas pela mão do Estado e desse ambiente emana a essência fortemente caracterizada por dívida e paga. Percebe-se que os usos com *pagar* são compartilhados pelos falantes que tem contato direto com a população carcerária, desde familiares a servidores públicos, o que não torna a linguagem desse contexto totalmente restrita.

Diante da análise exposta, conclui-se que *pagar* foi concebido no interior de uma variante difundida no contexto penitenciário que busca estabelecer identidade linguística. Assim, *pagar* com as acepções semânticas demonstradas emerge com usos inovadores baseado nas experiências de seus usuários.

## AGRADECIMENTOS

À Secretaria da Administração Penitenciária do Estado de São Paulo representada pelo Coordenador das Unidades Prisionais da Região Oeste, Sr. Roberto Medina, e pelo Diretor Técnico III da Penitenciária Nestor Canoa de Mirandópolis, Sr. Ricardo José Marconato, sempre muito complacentes acerca da pesquisa que desenvolvo no âmbito acadêmico em interface com o contexto penitenciário.

## REFERÊNCIAS

BARBOSA-SANTOS, L. de .A.; RODRIGUES-PINTO, K. R. A construção [[pagar]<sub>infinito</sub>+SN] no português brasileiro. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netli**, Crato, v. 9, n. 4, p. 618-632, 2020.

BARLOW, M.; KEMER, S. **Usage Based Models of Language**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

BORBA, F. da S. **Dicionário Gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 1990.

BRASIL. Lei de Execução Penal (1984). Capítulo IV. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/17210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17210.htm). Acesso em: Mar. 2020.

BYBEE, J. Cognitive Process in Gramaticalization. In: TOMASELLO, M. M. (Ed.) **The New Psychology of Language**. New Jersey: Lawrence Erlbaum, Vol. II, pag. 145-167, 2003.

\_\_\_\_\_. **Language, usage and cognition**. Cambridge: Cambridge University Press. 2010.

CAMPOS, J. L de; CEZÁRIO, M. M.; ALONSO, K.S. Formação da construção mente. **D.E.L.T.A.**, vol. 33, n. 01, p. 133-158, 2017.

CONTEXTO. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: **Priberam Dicionário**, 2008-2013. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/contexto>>. Acesso em: Nov. 2018.

CROFT, W. **Radical constructiongrammar**: syntactictheory in typological perspective. Oxford: Oxford University Press, 2001.

CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA. Funcionalismo. In: MARTELOTTA, Mário. **Manual de Linguística**. São Paulo: Contexto, 2008.

FERRARI, L. **Introdução à linguística cognitiva**. 1. ed. 2ª reimpressão, São Paulo: Contexto, 2016.

GONÇALVES, S.; LIMA-HERNANDES, M.; CASSEB-GALVÃO, V. (org.). **Introdução à gramaticalização**: princípios teóricos & aplicação. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, F. **Grammaticalization**: a conceptual framework. Chicago: The University of Chicago Press, 1991.

LAKOFF, G.; JOHNSON. M. **Metaphors we Live by**. Chicago: Chicago University Press, 1980.

MARTELOTTA, M. E. **A mudança linguística**. In: CUNHA, M. A. F.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (org). *Linguística funcional: teoria e prática*. 1. Ed. – São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

\_\_\_\_\_. **Manual de linguística**. 2. ed. 5. reimpressão, 2017. São Paulo: Contexto, 2008.

OLIVEIRA, M. R. ; ROSÁRIO, I. C. (Org.). **Linguística Centrada no Uso: teoria e método**. Rio de Janeiro: Lamparina: Faperj, 2015.

PAGAR. In: DICIONÁRIO da língua portuguesa. Lisboa: **Priberam Dicionário**, 2008, 2013. Disponível em: <https://dicionario.priberam.org>. Acesso em: Nov. 2018.

SÃO PAULO. Secretaria da Administração Penitenciária, Gabinete do Secretário. **Diário Oficial**. Resolução SAP 144 de junho de 2010, que institui o Regime Interno Padrão das Unidades Prisionais do Estado de São Paulo. Disponível em: [http://www.imprensaoficial.com.br/DO/GatewayPDF.aspx?link=/2015/executivo%20secao%20i/novembro/17/pag\\_0014\\_1TKAQMSPMI5VEeDVMDQTRTQGL07.pdf](http://www.imprensaoficial.com.br/DO/GatewayPDF.aspx?link=/2015/executivo%20secao%20i/novembro/17/pag_0014_1TKAQMSPMI5VEeDVMDQTRTQGL07.pdf). Acesso em: Outubro de 2020.

TAMBA, I. **A Semântica**. 5. ed. 2. reimpressão, 2005. São Paulo: Parábola, 1998.

TRAUGOTT, E. C. Grammaticalization and mechanisms of change. In: Heiko Narrog & Bernd Heine (Ed.) **The Oxford handbook of grammaticalization**. New York: Oxford University Press, p. 19-30, 2011a.

